

Ferramentas de participação cidadã na América Central para garantirem os direitos dos cidadãos a uma boa administração

Jennifer Isabel Arroyo Chacón

Introdução

A América Central é uma das regiões mais violentas e desiguais do mundo, a democracia é ainda incipiente em muitos dos países da América Central e os direitos fundamentais e o direito a uma boa administração são desrespeitados frequentemente. A participação cidadã é o tema do qual se fala pouco e se faz ainda menos, as ferramentas de participação social na região são ainda escassas e pouco conhecidas. Mas, apesar disso as ferramentas podem os mecanismos que o povo centro-americano precisa para demandar o seu direito a formar parte na toma de decisões públicas e a uma boa administração. Numa região tão difícil é só com a participação do povo que é possível construir a verdadeira democracia e garantir o respeito dos direitos fundamentais. Este trabalho tem como objetivo descrever as ferramentas de participação cidadã que têm os países da Guatemala, Honduras, El Salvador, a Nicarágua, a Costa Rica e o Panamá tomando a conta a diferenças de cada um, e procura fazer ênfases em como elas podem ser usadas pela cidadania e o governo como um mecanismo para construir estados democráticos e alcançar o verdadeiro direito a uma boa administração.

I. Contextualização da América Central

a. Os países que integram a América Central

A América Central é a metade do Continente Americano com uma extensão 522 760 km² e uma população de aproximadamente 44.671.601 habitantes, tem praias no Mar do Caribe que fica no Oceano Pacífico e o Oceano Atlântico.

Fica composto por sete países: a Guatemala, o Belize, Honduras, El Salvador, a Nicarágua, a Costa Rica e o Panamá. No Belize se fala inglês porque foi colonizado pelo Reino Unido, e o resto dos países têm como língua oficial o espanhol porque foram colonizados pela Espanha, mas são faladas muitas línguas indígenas. No plano político durante os anos 80 foi marcada por uma intensa e forte guerra civil que deixou muitas mortes e sequelas sociais e políticas que ficam ainda hoje.

São sete países pequenos e mesmo que falam uma língua e têm uma história comum existem grandes diferenças entre eles, o qual faz muito difícil a integração e a atenção dos problemas comuns. A economia é majormente agrícola, mas nos últimos anos as economias da Costa Rica e o Panamá têm mudado aos serviços e o turismo, igualmente, o desenvolvimento econômico é desigual entre eles e a qualidade de vida também é diversa.

Para conhecer um pouco melhor as realidades que vão ser apresentadas neste relatório é preciso descrever brevemente cada um deles:

A República da Guatemala: Tem uma área de 108.889 km² com uma alta população indígena, principalmente da cultura maia, a língua oficial é o espanhol mas são reconhecidas 24 línguas indígenas o qual acentua o problema com a desigualdade social, o acesso a educação, e os direitos dos povos indígenas, por exemplo: o direito a receber educação em sua própria língua quando falam 25 línguas diferentes.

A economia da Guatemala baseia-se predominantemente na agricultura. A população ronda os 14, 373, 472,00 pessoas. Segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) o 70.3% da população do país é pobre o qual contribui com o forte problema de insegurança e tráfico de drogas no país.

O Belize: É o país mais novo da América Central se independizou do Reino Unido no 1980, mas ainda hoje tem vínculos políticos e comerciais com esse país. Durante sua história tem se caracterizado por ter pouco contato com o resto dos países da América Central. Sua área é de 22,965 km² sendo o menor país da região e a nação mais escassamente povoada na América Central com apenas 340.844 habitantes. O inglês é a língua oficial embora o “inglês crioulo” é a língua mais falada pelos belizenhos mas também se fala o espanhol e muitas línguas indígenas.

A República de Honduras: A área de Honduras com suas ilhas é de 112.492 km² com mais de 8 milhões de habitantes. A língua oficial é o espanhol mas é um país multicultural e multiétnico com mestiços, brancos e quatro grupos indígenas claramente identificados os quais falam sua própria língua. Tem problemas de pobreza e desigualdade fortemente marcados, desemprego e tráfico de drogas o qual provoca o grave problema de violência sendo qualificado pela ONU como o país mais inseguro do mundo com a taxa de homicídios mais alta do planeta.

A República de El Salvador: É o segundo menor país da região com uma extensão de 20 742 km² mas a população atinge os 7 milhões de habitantes. Um país com uma alta taxa de emigração principalmente para os Estados Unidos e Europa onde moram 2.5 milhões de pessoas.

A língua oficial é o espanhol e tem pouca população indígena, sua economia esta dolarizada por a alta quantidade de salvadorenhos no moram nos Estados Unidos e a alta quantidade de remessas em dólares que circulavam no país. El Salvador é o único país da América Central que não é banhado pelo Mar Caribe, tendo apenas costa pacífica. Tem o grave problema de violência sendo o país onde nasceram os grupos criminosos conhecidos como “as maras” que se caracterizam por ser altamente violentos e se dedicam ao tráfico de drogas, armas, pessoas, animais e qualquer outra atividade ilegal.

A República da Nicarágua: Tem uma extensão de 129.494 km² e 5.5 milhões de habitantes. A língua principal é o espanhol, embora outras línguas nativas sejam faladas por tribos da costa oriental, como o misquito, sumo e rama, além de um inglês crioulo. Desde a sua independência, o país passou por períodos de instabilidade política, ditadura e crises que levaram à Revolução Sandinista de 1960 e 1970.

A economia é predominantemente agrícola e segundo o informe da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) é o país com o maior índice de pobreza multidimensional da América Latina.

A República da Costa Rica: Com uma extensão de 51 100 km² tem uma população de quase 5 milhões de habitantes. A língua oficial é o espanhol mas recentemente o Congresso reconheceu a Costa Rica como um país multicultural e multilíngue embora sejam poucas as línguas indígenas que são faladas no país.

Foi o primeiro país do mundo em abolir o exército, é uma das democracias mais antigas da América mas a participação política tem diminuído muito, nas últimas eleições presidenciais têm sido necessário fazer uma segunda votação eleitoral por que os candidatos não atingiram os votos mínimos que demanda a Constituição. A desconfiança nos atores políticos é maior na população jovem.

A Costa Rica tem maiores cifras em términos de pobreza, desemprego e violência que seus vizinhos mais resulta preocupante que nos últimos anos a situação tem se deteriorado rapidamente o que mostra um problema na sociedade costarricense que tem que ser atendido prontamente para evitar situações ainda mais graves.

A República do Panamá: É o último país da América Central e limita com a Colômbia na América do Sul. Tem uma extensão de 75.517 km² e uma população de 4 milhões de habitantes. A língua oficial é o espanhol embora se falem outras línguas indígenas.

Atualmente é a economia do maior crescimento principalmente nos serviços: atividades financeiras e as rendas obtidas com a zona de livre-comércio de Colón, a exploração do canal e o registro de navios mercantes, mas tem o problema de desigualdade pois apesar do boa economia ainda tem altos níveis de pobreza.

Os países que integram a região têm tentado integrar um organismo que contribui ao desenvolvimento dos países, a atenção dos problemas comuns e a melhora do respeito dos direitos humanos dos centro-americanos.

b. O Sistema de Integração Centro-americano (SICA)

O Sistema de Integração Centro-Americana (SICA) foi criado o 13 de dezembro de 1991, através da assinatura do protocolo à Carta da Organização dos Estados Americanos (OCAS) conhecido como “O Protocolo de Tegucigalpa”, que modificou a Carta da Organização dos Estados Americanos, que foi assinada no Panamá em 12 de Dezembro de 1962, sendo o primeiro instrumento legal relacionado com o processo de integração.

O Protocolo de Tegucigalpa é o instrumento jurídico principal do processo de integração da América Central, assinado por a Costa Rica, El Salvador, a Guatemala, Honduras, a Nicarágua e o Panamá; posteriormente se aderiu o Belize e a República Dominicana. A sede da Secretária Geral do SICA fica em El Salvador.

São observadores regionais: o México, a Argentina, o Chile, a Colômbia, os Estados Unidos, o Peru, o Uruguai e o Brasil, observadores extra regionais a Austrália, a Espanha, a China, a Alemanha, a Coreia do Sul, o Japão, a Itália, a União Europeia, a França e outros.

O objetivo fundamental do SICA é construir uma região de Paz, Liberdade, Democracia e Desenvolvimento, com base firme em respeito, proteção e promoção dos direitos humanos.

II. Os principais problemas da região

a. Débil democracia

O sistema democrático nos países de América Central está apenas em construção pois são democracias ainda jovens que recém-começaram com as primeiras eleições pacíficas ao final dos anos 80 -com a exceção da Costa Rica e depois da Panamá que estão um pouco mais consolidadas-.

Durante os anos 80 a região sofreu uma guerra civil que deixou muitos mortos e feridas que ainda hoje são difíceis de esquecer. A guerra afeitou a todos os países direta e indiretamente, mesmo no participarem ativamente no conflito armada, como foi o caso da Costa Rica mas provocou um ambiente tenso na região e afeitou á população e a economia em geral.

De fato o sistema democrático ainda não ficou consolidado em todos os países da região, um lamentável episódio tem acontecido recentemente no ano 2009 em Honduras quando o presidente Manuel Zelaya foi deposto deixando ver que ainda hoje a força é utilizada para resolver problemas políticos por isso Honduras foi expulso da Organização dos Estados Americanos (OEA) mas no 2011 foi reincorporado á Organização.

Mesmo que a guerra civil tenha terminado a construção de verdadeiros estados democráticos e respeitosos dos direitos dos cidadãos é ainda uma tarefa pendente e desafiadora de atingir.

b. Corrupção pública

A corrupção pública é uno dos problemas mais urgentes de atender na região, pois é o crime cometido pelas pessoas que teriam que proteger á população e perseguir aos

criminosos. A corrupção da polícia, procuradores, juízes, políticos, altos funcionários corrói os fundamentos do sistema democrático e ameaça os direitos dos cidadãos.

Procurando a luta contra a corrupção os países têm assinado a Convenção de Luta contra a corrupção das Nações Unidas e a Convenção Interamericana contra a Corrupção dos países membros da OEA e aprovadas leis especiais, porém a implementação dos instrumentos tem avançado pouco.

A percepção de impunidade provoca que a população desconfie do governo e permite que os criminosos continuem fazendo atos ilegais tranquilamente, pela ineficácia do sistema preventivo, detetor e sancionador da corrupção.

Por outro lado, os altos níveis de violência só pioram a situação pois quando um funcionário público rejeita uma propina ele volta num branco para a extorsão e recebe ameaças de morte, até mesmo os comerciantes e a população em geral são vítimas da extorsão então as pessoas tem medo de denunciar os atos criminais.

c. Pobreza

A extrema pobreza e os altos níveis de desigualdade social são as causas dos maiores problemas da região. A distribuição dos recursos é marcadamente desigual tendo populações sem poder suprir as necessidades básicas para viver nos mesmos países que têm reportado acrescentamentos em seus ingressos.

A desnutrição e a insegurança alimentar são os tópicos mais preocupantes na região segundo os organismos internacionais que têm estudado e denunciado o serio problema de pobreza, a qual é ainda maior nas comunidades rurais e nos povos indígenas.

O direito a alimentação é um direito humano básico, mesmo assim não é respeitado para uma grande parte da população centro-americana.

d. Povos Indígenas

A população nativa da América Central são povos indígenas muito desenvolvidos como os povos maias e outros mais, cada um deles contava com sua própria língua, cultura e organização política e econômica.

Durante a colonização os direitos deles foram desrespeitados e foram cometidos muitas atrocidades contra eles, e ainda hoje mesmo a muitas lutas por reconhecer lhes seus próprios direitos permanecem como a parte da população mais esquecida dos governos e mais atingida pela pobreza, falta de serviços básico como a água, saúde, educação, e outros.

Não obstante é preciso reconhecer os esforços feitos para mudar esta situação, mas é difícil pela diversidade cultural e de línguas que eles têm, por exemplo: levar a educação a todas as comunidades indígenas na própria língua de cada comunidade é uma tarefa titânica pois a região tem ao menos registradas 45 línguas diversas.

A invasão de suas terras pelos brancos para as atividades agrícolas, pecuárias e outras segue sendo uma constante e os governos fazem muito pouco por proteger as reservas protegidas para eles.

e. Emigração

Os problemas de pobreza, desemprego, ausência de oportunidades para os jovens, violência, entre outros têm provocado a expulsão da população dos países centro-americanos em procura de uma melhor qualidade de vida.

Os centro-americanos principalmente emigram para os Estados Unidos e a Europa, mas a emigração não é igual em todos os países, por exemplo: Costa Rica e Panamá têm taxas de emigração baixas, pelo contrário Costa Rica é o país recetor de estrangeiros maiormente

provenientes da Nicarágua mas recebe emigração de todos os países centro-americanos e incluso da América do Sul.

No outro extremo fica El Salvador que tem quase um 25% de sua população morando no estrangeiro e as remessas de dólares para o país foi tão grande que provocou a dolarização da economia.

A emigração por meios ilegais é muito perigoso e muitos adultos têm perdido suas vidas tentando cruzar as fronteiras, mas a emigração de jovens e incluso crianças é a problemática que mais ocupa atualmente as autoridades, porque eles fazem o trajeto que é muito perigoso procurando ficar com seus pais que partiram para os Estados Unidos, muitos morrem no caminho o sofrem graves abusos. As autoridades têm reportado mortes de crianças de até 10 anos tentando cruzas sozinhos a fronteira.

f. Violência e insegurança cidadã

A violência e a insegurança cidadã são talvez os maiores problemas da região. A América Central é a região mais violenta do mundo sem guerra oficialmente declarada, a taxa de homicídios se duplicou nos últimos anos e é considerada um problema de saúde pública pela Organização Mundial da Saúde. O crime organizado altamente equipado frente a uma polícia desprovida dos recursos mínimos necessários para combatê-la, a corrupção pública e a impunidade acrescentam o problema inúmeras vezes.

Por outro lado, os governos tentando lutar contra o crime organizado têm acrescentado a forças armadas e com elas as denúncias de abusos e violações aos direitos civis. O estado dos direitos fundamentais na região é preocupante pois a população sofre abusos de parte dos grupos criminosos e de parte das autoridades que deveriam protegê-los.

O impacto da violência nos países da região é muito grande o Banco Mundial estima que as perdas econômicas são milionárias não só por o dinheiro que tem que investir os comerciantes, o governos e as pessoas no pago de seguridade privada sinão pela perda de competitividade e atração de inversão estrangeira, além da intranquilidade na qual moram os centro-americanos e as perdas de vidas por atos violentos.

III. A participação cidadã na região

a. Conceito de participação cidadã

A participação cidadã é a participação ativa dos cidadãos nas decisões públicas, trazendo a possibilidade de integrar o Estado e a sociedade. A participação do cidadão na vida política é muito relevante na construção do sistema democrático. Une a democracia representativa onde a ideia central reside no fato de que as decisões políticas são oriundas de instâncias formadas por representantes escolhidos pelo povo com a democracia participativa onde se ancora na conceção de que as definições e autorizações das decisões políticas competem ao conjunto dos cidadãos, os quais são complementarias e dão legitimidade ao sistema político.

Importantes instrumentos falam sobre isso, o Código Ibero-americano de bom governo entende que o bom governo é aquele que procura e promove a inclusão do cidadão em todas as áreas do Estado. Igualmente a Carta Ibero-americana de governo eletrônico reconhece que o objetivo final e direto do governo eletrônico é incentivar a participação do povo nas decisões públicas, diz:

Um objetivo final e direto: reconhecer aos cidadãos um direito que lhes facilite a sua participação na gestão pública e o seu relacionamento com as Administrações Públicas, contribuindo também para tornar as mesmas mais transparentes e

respeitosas do princípio de igualdade, assim como mais eficazes e eficientes. (Centro Latino-americano de Administração para o Desenvolvimento (Clad), 2007, p. 2)

Por sua parte, a Carta Ibero-americana de qualidade na gestão pública inclui o tema da participação cidadã como uma garantia de qualidade no serviço público:

CARTA IBERO-AMERICANA DE QUALIDADE NA GESTÃO PÚBLICA	
Transparência e participação cidadã	6 As Administrações Públicas devem ser transparentes na sua gestão, abertas ao escrutínio público, tolerantes a crítica e permeáveis às propostas de melhora e mudança provenientes da cidadania.
Participação cidadã para a melhora da qualidade	42 A Administração Pública desenvolverá mecanismos de participação cidadã, ao longo de todo o ciclo das políticas públicas. Particularmente, a través de comitês consultivos, ou grupos de trabalho com cidadãos e representantes da sociedade, foros, encontros, jornadas de intercâmbio de experiências com outras instituições ou Administrações Públicas e atividades similares, ou as pesquisas de opinião e sistemas de recolha de sugestões de melhora e atenção de reclamações.
Cartas compromissos ou de serviços ao cidadão	47 As Cartas Compromisso ou Cartas de Serviços ao cidadão são documentos públicos com os quais um órgão ou ente público expressa seus compromissos assumidos na prestação do serviço, especificando prazos de execução, padrões de qualidade para o sistema de informação e comunicação e os mecanismos de participação cidadã.

Fonte: Elaboração própria com base na Carta Ibero-americana de qualidade na gestão pública.

Devido á importância do tema o Centro Latino-americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD) aprovou a Carta Iberoamericana de participação cidadã na Gestão Pública onde se define participação como:

Conceito de participação cidadã na governança

2. Para efeitos da presente Carta Ibero-americana, a participação do cidadão na gestão pública é o processo de construção social de políticas públicas que, no interesse geral da sociedade democrática, canaliza, responde ou expande os direitos econômicos, sociais, culturais, políticos e civil das pessoas, e os direitos das organizações ou grupos aos quais se integram, assim como os das comunidades e dos povos indígenas.

Os aspetos mais relevantes da Carta serão analisados no apartado próximo.

b. Carta Iberoamericana de participação cidadã na Gestão Pública

A Carta Iberoamericana de participação cidadã na Gestão Pública foi aprovada em Portugal no 2009 e procura garantir o direito que têm os cidadãos de ser considerados e ouvidos nas decisões do governo que lhes afetam.

A participação cidadã é base no sistema democrático pois reforça a posição atual dos cidadãos e dos cidadãos como membros de suas comunidades, permitindo a expressão e defesa de seus interesses, aproveitando as suas experiências e reforçando as suas capacidades, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida da população. Ela promove uma nova cultura em que o público adquire uma maior vontade de aprender sobre assuntos públicos, de cooperar e respeitar a diversidade social e cultural, para interagir dentro dela e promover a compreensão intercultural.

Para os governos também é bom pois ajuda a resolver conflitos e promover acordos, bem como a reforçar a legitimidade e a eficácia das decisões públicas. A participação dos cidadãos na governação tem duas caras: como um direito e responsabilidade cívica

6. Participação do público na governança constitui para os cidadãos e cidadãs:
 - a. Um direito ativa exigível às autoridades públicas para que eles estabelecem e garantem os canais para seu exercício nos processos de governança.
 - b. A responsabilidade cívica como membros da comunidade à que pertencem, quer individualmente, quer através das suas organizações e movimentos representativos. (Centro Latino-americano de Administração para o Desenvolvimento (Clad), 2009, p. 2)

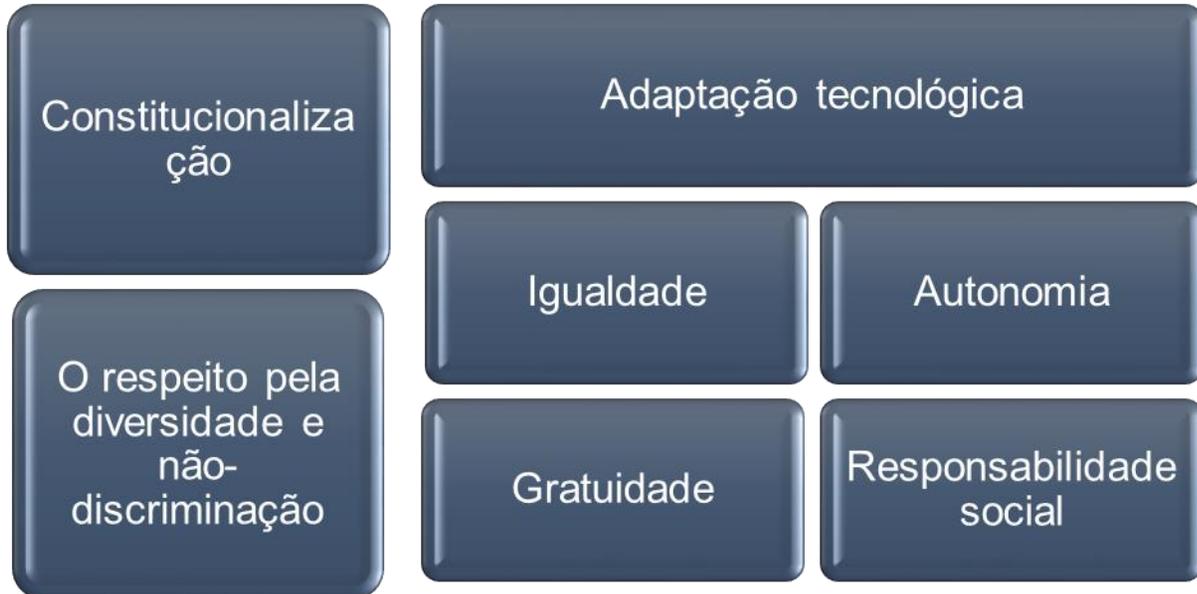
Este direito e obrigação tem responsabilidades para os cidadãos:

- a. Conhecer e fazer uso adequado dos mecanismos participativos.
- b. Pesquisar sobre as questões de interesse público e sobre as competências atribuídas à entidade pública a que se dirige.
- c. Ouça as razões apresentadas pelos representantes da Administração Pública e, no caso de ser necessário, o contra-argumento, fazê-lo de acordo com razões mais objetivas possíveis e com uma atitude de diálogo.
- d. Respeitar e promover decisões públicas que priorizam o interesse geral da sociedade.
- e. Intervir no processo de avaliação da participação do público, e suas performances, a fim de permitir a aprendizagem para melhoria.

A participação pode ser feita de muitas maneiras, o governo tem que procurar os melhores canais e aprovar a regulamentação que for requerida, desde a ótica de um processo de diálogo entre o governo e o povo.

Os princípios reconhecidos nesta Carta são:

PRINCÍPIOS DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ



Fonte: Elaboração própria com base na Carta Ibero-americana de participação cidadã na Gestão Pública

c. O estado atual da participação cidadã na América-Central.

O Quarto relatório do Estado da Região analisou as iniciativas de participação cidadã com as quais contam os países que integram a América Central e determinou que o avanço no tema é ainda incipiente.

No âmbito da regulamentação jurídica o tema carece dos instrumentos adequados para sua implementação. A maioria das Constituições dos países não incluem de forma expressa o direito da participação cidadã. Só o caso de Honduras que fala de “Democracia participativa”; na Costa Rica não o diz expressamente mas a Corte Constitucional tem entendido que quando o artigo 9 da Constituição fala do “Estado participativo” envolve o direito do cidadão de participar nas decisões públicas, acontece igual com a Constituição de Nicarágua que diz que o cidadão tem direito a participar nos assuntos públicos e na gestão do Estado. As Constituições de Guatemala, El Salvador e Panamá omitem menção deste direito, o qual é mais grave ainda pela carência de leis especiais de participação cidadã.

Só dois países em América Central têm leis sobre participação cidadã que são Honduras e Nicarágua, no caso de Panamá em a Lei de acesso a informação pública inclui um capítulo da participação nas políticas públicas mas o Congresso ainda não aprovou uma lei que desenvolva esse direito.

Igualmente, a Guatemala tem a Lei dos Conselhos de desenvolvimento urbano e rural que promove a participação mas carece de lei especial do tema. A Costa Rica carece de lei de participação cidadã mas a Corte Constitucional tem analisado amplamente o tema e produzido jurisprudência mas é preciso incluir os critérios vertidos pela Corte em uma lei especial.

El Salvador carece de lei especial e tem melhor desenvolvimento do tema, mas operam os Conselhos Econômicos e Sociais mas a certeza jurídica é débil pela ausência de lei especial.

Complementário ao direito da participação tem o direito de acesso a informação pública o qual é reconhecido pelas constituições destes países como “direito de petição” ou “publicidade dos atos administrativos”.

Honduras, a Nicarágua têm aprovado uma Lei de Transparência e acesso a informação pública, Panamá tem a Lei da transparência na gestão pública e estabelece o “Habeas Data” e Guatemala tem a Lei de acesso a informação pública; porém, a Costa Rica e El Salvador carecem de lei de acesso a informação pública.

O exposto líneas arriba pode ser resumido nesta tabela:

País	A Constituição inclui o direito da participação cidadã?	Tem aprovado uma Lei de participação cidadã?	A Constituição inclui o direito acesso á informação pública?	Tem aprovado Lei de acesso á informação pública?
Guatemala	Não	Não	Sim	Sim
El Salvador	Não	Não	Sim	Não
Honduras	Democracia participativa	Sim	Sim	Sim
Costa Rica	Não expressamente, mais diz que o Estado é participativo.	Não	Sim	Não
Nicarágua	Não expressamente, mais diz que o cidadão tem direito a participar nos assuntos públicos.	Sim	Sim	Sim
Panamá	Não	Não	Sim	Não

Fonte: Elaboração própria com dados do Estado da Região.

Embora existam algumas leis aprovadas a posta em prática dos institutos legais é um reto forte, a verdade é que a população não conhece ou não acredita em eles, e por outro lado as administrações públicas as vezes carecem de pessoal, recursos e formação no tema para atender corretamente as demandas da população civil, as outras não tem interesse político para as ferramentas de participação cidadã sejam sucessos.

Os principais problemas da participação cidadã na América Central podem ser resumidos na seguinte lista:

- O Conceito de participação cidadã difere muito na legislação de cada país da região.
- As constituições incluem as ferramentas tradicionais de participação como o voto, referendo, iniciativa legislativa popular, mas, muitas delas não são utilizadas frequentemente.
- Ausência de leis especiais de participação cidadã e acesso a informação pública.
- Obstáculos para implementar as leis nos países que contam com alguma regulamentação.

- Pouca credibilidade do povo nas autoridades públicas e políticas.
- As participações do povo não são vinculantes para os governos
- Pouco interesse dos cidadãos de participar no âmbito público
- O desinteresse pelo público é ainda maior na juventude, sendo a população mais atingida pela violência, as drogas e a falta de oportunidades.
- Ausência de ferramentas de participação específicas para grupos vulneráveis como mulheres, jovens, povos indígenas, pessoas deficientes, e outros.
- Poucos países têm Controladorias de serviços mais não atuam como médios de participação cidadã

d. Ferramentas de participação cidadã que podem ser instauradas de região

A participação cidadã é fundamental para a construção o Estado democrático motivo pelo qual é preciso implementar boas ferramentas na região que tanto precisa superar os problemas que lhe atingem.

Existe um amplo abanico de ferramentas de participação cidadã que podem ser implementadas nos países da América Central tais como:

-Aprovação e aplicação de leis de participação cidadã e acesso a informação pública: Só Honduras e Nicarágua têm aprovadas leis de participação cidadã e acesso a informação pública; em consequência é preciso que os outros países aprovelem as leis que têm pendentes, sendo urgente para El Salvador, a Costa Rica e a Panamá que não têm nenhum.

-Orçamento participativo: Nenhum país da região tem implementado o orçamento participativo o qual é fundamental porque é a possibilidade do povo de formar parte nas decisões de inversão de fundos públicos. Na Costa Rica a aprovação do orçamento público tem uma ampla cobertura nos meios de comunicação e um alto controle político e público, mas não inclui a participação direta do cidadão na formulação ou aprovação do uso do dinheiro público. No resto da América Central a discussão do orçamento público é menor ainda.

-A Consulta popular: É um mecanismo para a participação do cidadão na qual o povo é convocado para decidir sobre algum aspeto de importância vital. A consulta popular pode ser a nível nacional, departamental, municipal, distrital ou local. Algumas legislações preveem a consulta, mas temos ainda muitos temas nos quais é preciso conhecer a opinião do povo e os cidadãos não têm sido consultados.

-Inquéritos e estatísticas: Os inquéritos e as estatísticas são formas de conhecer a opinião dos cidadãos no determinado tema sem necessidade de realizar uma consulta popular que é mais custosa e tradicionalmente reservada para os temas mais conflitos. Por meio dos inquéritos e as estatísticas os governos podem recopilar informação útil para a elaboração de políticas públicas, identificar as preocupações dos cidadãos e as opiniões sobre o sucesso ou falha de uma política pública implementada.

-Revogação do Mandato: O direito político que têm os cidadãos para terminar o mandato que lhe conferiram a um governador de um governo local. É uma ferramenta fundamental da democracia representativa porque permite remover ao governante que não tem cumprido com as obrigações para as quais foi eleito. Sendo um mecanismo de rendição de contas e controle cidadão. Poderia ser implementado nos países centro-americanos sinão

ao nível nacional o do Congresso ao menos para os governos locais, com o objetivo de que os cidadãos possam destituir o governador do povo que não esta trabalhando em proveito da comunidade.

-Ferramentas do governo eletrônico: As tecnologias oferecem inúmeras possibilidades de estabelecer canais de comunicação com a população, embora o acesso a Internet não estão estendido em toda a região, a maior parte dos centro-americanos usam as tecnologias da comunicação o qual pode ser aproveitado pelos governos para estabelecer estratégias como:

-Bate-papo por médio do Vídeo Chat: Com o objetivo de escutar aos cidadãos e brindar-lhes uma resposta pronta, personalizada e mais humanizada do que o email.

-Debates nas páginas web das instituições públicas de temas de interesse geral: Onde os cidadãos possam expor suas opiniões sob temas do acontecer nacional ou local e também interatuar com a administração, sendo igualmente um canal onde as autoridades possam expor suas razões e aclarar dúvidas que se possam apresentar pela atuação do governo em um determinado tema.

-Civic Apps (aplicações cívicas): As Apps formam parte da nossa vida atualmente, contamos como apps em nossos celulares, tablet e similares para muitas cosas, então os governos nacionais ou locais também podem desenvolver apps com o fim de manter informada a população de determinado tema o serviço, receber retroalimentação da população e permitir as iniciativas dos cidadãos nos temas de seus interesses.

-E-petições, campanhas e coleções de assinaturas: São ferramentas eficazes para promover uma determinada causa, petição, reforma o similar, para levar a petição a outras instância como o Congresso o Governo local.

-Redes sociais: As redes sociais oferecem um abanico infinito de possibilidades para estabelecer comunicação entre os cidadãos e o governo, possuem uma grande riqueza para incentivar a participação cidadã, e sua diversidade permite que sejam utilizadas de maneira complementaria. Por exemplo: As instituições podem usar o Facebook, o Twitter, o Youtube, o Google + e outros mais para atrair diversos públicos metas com distintas estratégias de comunicação em redes sociais.

Sem dúvida as ferramentas de governo eletrônico têm o grande potencial para incentivar a participação cidadã sem esquecer a parte da população que carece de Internet e que precisa ou prefere os meios mais tradicionais de comunicação.

-Crowdsourcing e citizensourcing: Conhecido como terceirização em massa permite por meio das ferramentas de Internet e Web 2.0 que a comunidade poda criar ideias e soluções geradas através de um convite aberto, onde qualquer pessoa interessada pode participar e contribuir. Isso é chamado de "inteligência coletiva" o povo da América Central é muito inteligente e tem a capacidade de encontrar soluções aos problemas comuns e gerar novas maneiras de impulsionar a economia regional e igualdade social. A criação de espaços públicos de debate e contributivos possibilitam a construção de uma região unida e desenvolvida.

- Comissões dos cidadãos e decisões participativas: Os problemas comuns dos países da região podem ser atendidos com o trabalho conjunto dos povos sendo as comissões dos cidadãos um bom meio para alcançar acordos entre cidadãos, governo e setor empresarial. Os comitês trabalham com regras preestabelecidas e claramente

projetado para tomar decisões de forma participativa, o que dá legitimidade ao processo e permite delinear políticas públicas.

-Ouidorias cidadãs e controladorias de serviços: São dois institutos muito importantes nas instituições com o grande contato com o cidadãos, mas até agora o rol que têm desenvolvido na participação cidadã é pouco e passivo, por isto, é preciso incentivar a ouvidorias cidadãs para que joguem o papel mais ativo e perto do povo; igualmente, as controladorias para que não só atendam as reclamações concretas das pessoas, sinão que também as estimulam a expor suas opiniões e a participar nos canais que tenha a instituição de participação cidadã e formem parte da construção das políticas públicas que lhes afeitam diretamente.

Conclusão

A região centro-americana mesmo tendo problemas e características similares é muito diversa por isto é fundamental contar com adequadas ferramentas de participação cidadã para poder ouvir a todas as partes da população, sejam: mulheres, jovens, povos indígenas, comerciantes e outros.

No obstante, o analise feito reflete que o desenvolvimento deste tema é pouquíssimo e carecemos de ferramentas básicas de participação o qual unido a um alto desinteresse e desconfiança da população nas autoridades políticas fazem que a cidadania não forme parte das decisões públicas com as consequências negativas para o respeito dos direitos fundamentais da população.

Os problemas sociais, políticos e econômicos que afeitam á região só poderão ser atendidos corretamente quando exista acordo entre os diversos setores da sociedade: o governo, o sector econômico e a população civil, a construção de acordos demanda canais de comunicação abertos para acrescentar o diálogo, tarefa que temos pendente de concluir.

Finaliza o texto com uma visão positiva do futuro da América Central acreditando que a participação cidadã é possível de implementar na região e que é um mecanismo para achar as soluções aos problemas atuais e construir a região Paz, Liberdade, Democracia e Desenvolvimento, com base firme em respeito, proteção e promoção dos direitos humanos.

Referências

- Arroyo Chacón, J. (2014). *Seguridad Centroamericana: El gran reto pendiente de resolver en el proceso de integración centroamericana*. Centroamérica: Cuadernos Centroamericanos del ICAP.
- Arroyo Chacón, J. (2015). *El Derecho Económico Internacional en el Sistema de Integración Centroamericana, SICA. Propuesta para avanzar en el crecimiento económico y consolidación de la paz social en la Región Centroamericana*. Costa Rica: Cuadernos Centroamericanos del ICAP.
- Centro Latino-americano de Administração para o Desenvolvimento (Clad). (2008). *Carta Ibero-americana de qualidade na gestão pública*. El Salvado: CLAD.
- Centro Latino-americano de Administração para o Desenvolvimento (Clad). (2007). *Carta Ibero-americana de Governo Eletrônico*. Chile: CLAD.
- Centro Latino-americano de Administração para o Desenvolvimento (Clad). (2009). *Carta Iberoamericana de participação cidadã na Gestão Pública*. Portugal: CLAD.
- Estado de la Región. (2010). *Avances y desafíos de la participación ciudadana en la gestión de políticas públicas, en espacios institucionales de los Estados centroamericano*. San José Costa Rica : Estado de la Nación.

- Estado de la Región: Un desarrollo humano sostenible. (2013). *Estadísticas Centroamericanas (2013): Indicadores sobre Desarrollo Humano Sostenible*. San José, Costa Rica: Estado de la Nación.
- Pérez, C. R. (2010). Logros y desafíos pendientes de la integración. En B. C. Económica, *Cinco ensayos sobre la Integración de Centroamérica: Los ganadores del concurso promovido por el BCIE con motivo de su 50 aniversario* (págs. 95-138). Centroamérica: Banco Centroamericano de Integración Económica .
- Presidentes de Centroamérica. (1995). *Tratado Marco de Seguridad Democrática*. Honduras: Sistema de la Integración Centroamericana.
- Presidentes de Centroamérica y México. (2007). *Estrategia de Seguridad para Centroamérica y México* . El Salvador: Sistema de Integración Centroamericana.
- Programa Estado de la Nación-Región. (2008). *Estado de la Región en Desarrollo Humano Sostenible*. Centroamérica: Estado de la Nación.
- Programa Estado de la Nación-Región. (2011). *Estado de la Región en Desarrollo Humano Sostenible*. Centroamérica: Programa Estado de la Nación.
- Programa SICA Capacitación en Integración Regional. (2011). MÓDULO 3: EL DERECHO INSTITUCIONAL DE LA INTEGRACIÓN CENTROAMERICANA. En M. E. Lemus, *Derecho de la Integración Centroamericana*. Centroamérica: Secretaría General del SICA.
- Programa SICA Capacitación en Integración Regional. (2011). MÓDULO 5: EL DERECHO DE LOS OTROS SUBSISTEMAS DE LA INTEGRACIÓN CENTROAMERICANA. En M. E. Lemus, *Derecho de la Integración Centroamericana*. Centroamérica: Secretaría General del SICA.
- Programa SICA de Capacitación. (2012). Módulo 2: La multidimensionalidad del proceso de integración centroamericana. En C. Imendia, *Introducción a la Integración Regional Centroamericana*. Centroamérica: SICA.
- Sistema de Integración Centroamericana. (s.f.). *Secretaría de Integración Económica Centroamericana (SIECA)*. Recuperado el 2015, de <http://www.sieca.int/General/Default.aspx>

Resenha biográfica

Jennifer Isabel Arroyo Chacón é doutoranda em Ciência da Administração da Universidade Estadual de Distância (UNED), advogada, auditora, contadora pública e administradora pública. Tem um Diplôme d' supérieures spécialisées en Administration Publique pela Universidade de Quebec no Canadá e um Mestrado em Administração Pública com ênfase em Administração Pública da Universidade de Costa Rica (UCR).

Incorporada ao Colégio dos Advogados e Advogadas da Costa Rica, ao Colégio de Contadores Públicos da Costa Rica e é membro do Instituto de Auditores Internos da Costa Rica.

Professora da cátedra do direito na Universidade Estatal a Distância (UNED). Tem publicado livros e artigos nas áreas de direito, contabilidade, auditoria e gestão pública em periódicos nacionais e internacionais em espanhol e português.

Página web: www.profesorajenniferarroyo.com

Email: prof.jenniferarroyo@yahoo.com